



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL N. 0000092-23.2014.4.01.4300/TO (d)

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MOREIRA ALVES
APELANTE : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO TOCANTINS
- CRM/TO
ADVOGADO : TO00004988 - WESLEY MONTEIRO DE CASTRO NERI
APELADO : RAUL FRANKLIN DURAND FARFAN
ADVOGADO : MG00129206 - MIRTYS FABIANY DE AZEVEDO PEREIRA
ADVOGADO : TO00004988 - WESLEY MONTEIRO DE CASTRO NERI

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MÉDICO ESTRANGEIRO. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA. CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA, NÍVEL AVANÇADO.

1. Substancia orientação jurisprudencial assente no Superior Tribunal de Justiça, bem como nesta Corte Regional, o de que no sentido de que a exigência de Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa, como condicionante para registro de médico estrangeiro no Conselho de Medicina, estabelecida em resolução do Conselho Federal, não encontra amparo na legislação de regência, nem no decreto regulamentar, atentando assim contra o postulado da reserva legal.
2. Recurso de apelação e remessa oficial não providos.

ACÓRDÃO

Decide a Oitava Turma, à unanimidade, negar provimento à Apelação e à Remessa, nos termos do voto do Relator.

Oitava Turma do TRF da 1ª Região – 13/07/2020.

CARLOS MOREIRA ALVES
Relator